

**Filosofia Unisinos**  
*Unisinos Journal of Philosophy*  
25(2): 1-6, 2024 | e25209

Unisinos – doi: 10.4013/fsu.2024.252.09

Resenha

## A hermenêutica e sua abordagem das ciências sociais segundo Bauman

Hermeneutics and its approach to social sciences according to Bauman

**Roberto Saraiva Kahlmeyer-Mertens**

<https://orcid.org/0000-0002-8572-8302>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Toledo, PR, Brasil. Email: kahlmeyermertens@gmail.com

BAUMAN, Zygmunt. 2022. *Hermenêutica e ciência social: Abordagens da compreensão*. Trad. Fernando Santos. São Paulo, Editora Unesp, p. 357.

Faz tempo que a hermenêutica importa ao cenário das ciências humanas e sociais. Avaliamos que, em grande parte, isso se deva à publicação de *Verdade e método*, de Gadamer, e à audiência cedo dada a este por nomes como Habermas e Ricoeur (em época quase que inteiramente dominada pelo estruturalismo marxista, paradigma recorrente dos estudos das ciências sociais no século XX). É sabido, entretanto, que há estudos de hermenêutica associados à reflexão das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) desde a primeira metade do século XIX, na pauta dos articulistas da chamada Escola Histórica. Com Ranke, Savigny e, em especial, com Droysen, a preocupação de operar uma ciência histórica pelo método compreensivo (em objeção enérgica ao positivismo via Buckle) avultava a ponto mesmo de cooptar o jovem Dilthey, que encampara a proposta de uma crítica da razão histórica, esta, depois de reformulações sutis, empreendida como fundamentação das ciências humanas. Beneficiário desse contexto de especificidade é o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman.

Os primeiros frutos da atividade intelectual de Bauman foram colhidos a partir de 1957. São escritos de sociologia, inicialmente em polonês, distando consideravelmente dos trabalhos que, sob o tema da pós-modernidade, trariam destaque ao autor. A tematização do que depois seria chamado de “modernidade líquida” parece mesmo só adentrar em sua esfera de interesse no ano de 1987, com a publicação de *Legisladores e intérpretes: Sobre Modernidade, Pós-modernidade, intelectuais* (Bauman, 1987), culminando no aparecimento de *O mal-estar da pós-modernidade* (Bauman, 1997), dez anos depois. Portanto, entre os decênios de 1960 e 80, a maioria dos trabalhos de Bauman são escritos de um acadêmico e patenteiam sua competência de estudioso na área, sem que se identifique ali ênfase autoral.

Ao final de 2022, o leitor de língua portuguesa passa a dispor de um acesso a esse período da lavra de Bauman, isso acontece com *Hermenêutica e ciência social – Abordagens da compreensão* (1978), no qual, segundo seu próprio autor, “[...] se ocupa com diversas respostas da ciência social ao desafio da hermenêutica”. (p.7) A preocupação de pensar os meios para obter o conhecimento social e a presunção de necessidade em uma lida com a hermenêutica parece mesmo ser chave de leitura para a obra; no entanto, diversamente do dito na orelha (único aparato de apresentação oferecido pela edição brasileira), não parece apenas caber essencialmente à sociologia a investigação dos comportamentos humanos, matéria dessas ciências.

Em sua estruturação, além da introdução assinada pelo próprio autor, sob o título de “O desafio da hermenêutica”, (p. 7-28) o livro possui dez capítulos, mais ou menos uniformes em extensão. Esses compõem um todo, fazendo com que o livro se apresente como consistente obra de estudo da hermenêutica dirigida às ciências sociais. Entretanto, após leitura integral da obra, é possível avaliar que cada capítulo, apesar de coesos na compleição geral, possuem autonomia, a ponto mesmo de poderem ser lidos separadamente, sem que tenham sua coerência comprometida.

Indo ao primeiro capítulo da obra, denominado “A ascensão da hermenêutica” (p. 29-64), temos, num texto repleto de erudição e inteligência, mostras de familiaridade do autor com as ideias da filosofia da história e do quanto esta, tendo a hermenêutica como sua lógica, corrobora o esforço de criação de uma ciência do espírito. Reportando-se especialmente às matrizes hermenêuticas no pensamento alemão, este robusto capítulo histórico indica como tal projeto exsurge ligado ao turno romântico e do quanto diria de um conjunto de pautas nacionalistas que sustentavam saber histórico relacionado a uma ambígua “alma popular” (*Volksseele*).

Perfazendo o curso que segue da filologia de Friedrich Ast até o historicismo em Wilhelm Dilthey, com justas referências ao papel desempenhado por Schleiermacher, Bauman nos dá um painel de como as ideias hermenêuticas se desenvolvem passando a interessar às ciências sociais e se tornando mais do que doutrina da interpretação de textos. Na exposição, conceitos fundamentais do pensamen-

to hermenêutico, como a *liberdade do intérprete*, a *consciência histórica* e o *círculo hermenêutico*, são apontados. Por fim, se falta entre os dez capítulos da obra um dedicado a Dilthey, é nas últimas sete páginas deste primeiro que ele é contemplado.

O segundo Capítulo é intitulado “Compreensão como obra da história: Karl Marx” (p.65-94), e este título se repete nos dois itens seguintes, variando apenas quanto ao subtítulo. Nesse tópico sobre Marx, Bauman começa por analisar o que chama de estratégias utilizadas para relacionar o conhecimento social e a hermenêutica. Segundo o intérprete, Marx seria o primeiro a sustentar convictamente que o conhecimento social é acessível segundo a consideração das transformações no tecido social, de forma que ciência e compreensão deveriam ter seu fulcro ali. Apropriador da filosofia da história de Hegel, Marx, antes mesmo de Dilthey, teria compreendido que o conhecimento da história é também histórico e que o saber sociológico é obtido a luz da transformação de uma comunidade humana em seus contextos sociais no fio condutor da consciência histórica.

O diálogo apropriador do pensamento de Dilthey é igualmente presente no Capítulo terceiro, sobre Max Weber (p. 95-122). Nesse, é mesmo possível sopesar o quanto a sociologia compreensiva weberiana seria devedora das posições diltheyanas, embora Bauman, em sua exposição, enfatize mais pontos de divergência do que de confluências entre os autores ou, em suas palavras: “A preocupação profunda em reconciliar as vantagens inquestionáveis desse conhecimento, já que pode empregar a facilidade da compreensão, com as exigências inflexíveis do código de conduta científica, tal como institucionalizado na ciência acadêmica, diferencia a obra de Weber da de Dilthey e pode ser considerada responsável pela maior parte das divergências de Weber em relação às soluções de Dilthey.” (p. 99) Assim, Bauman prefere acentuar a influência marxista e o quanto a ideia de consciência histórica, já vigente ali, passaria às mãos de Weber. Segundo o intérprete, isso teria feito com que sua reflexão acerca da cientificidade das ciências humanas e sociais se visse confrontada com dilemas e dificuldades próprias às humanidades. Por outro lado, o mesmo movimento de Weber teria o mérito de constituir apropriação da teoria sociológica marxista, ajustando-a às discussões da filosofia da história em Hegel, o que resultaria no ganho de expressão do componente hermenêutico no âmbito das ciências sociais.

Consagrado a Karl Mannheim, o quarto Capítulo (p. 123-154) inicia com a contestação da tese weberiana de que na sociedade moderna a ação racional, em determinado momento, se torna conduta predominante, a ponto de o conhecimento das ciências humanas e sociais (em especial a sociologia) depender da consideração desse presumido fato. Mannheim não subscreve a ideia compreendendo que o conhecimento na sociedade moderna não aparece como algo desde o início amplo e abrangente. Em lugar disso sustenta que não uma ordem racional, mas um processo que conjuga parcialidade, dispersão e conflitos, é o que predomina em todo conhecimento da sociedade, constituindo mesmo obstrução à compreensão de determinados grupos sociais.

Se, comparado aos outros, o capítulo sobre Mannheim é pouco entusiasmante, o mesmo não ocorre com “Compreensão como obra da razão: Edmund Husserl” (p. 155-183). A exemplo dos precedentes, este tem o mesmo título do que se seguirá, variando apenas quanto ao subtítulo que nomeia o autor enfocado.

Intriga ao leitor conhecedor de Husserl – filósofo das *intuições categoriais* a serviço de uma fenomenologia pura e de uma filosofia fenomenológica – sua presença num capítulo de livro sobre hermenêutica. Isso porque, como se sabe, na pouca correspondência travada entre Husserl e o representante maior da hermenêutica em sua época (Dilthey), o fenomenólogo se apressa em marcar a diferença de seu pensamento frente ao do outro. Isso se deve, justamente, porque a hermenêutica, e o componente histórico com o qual transige, nos expõe ao risco de um relativismo nada desejável ao conhecimento indubitável apoiado na idealidade dos fenômenos, tal como pretendido por Husserl. Nesse caso, sem destoar da suspeita acima, quando Bauman afirma que a obra de Husserl “[...] revolucionou o modo como o século XX abordou a tarefa hermenêutica, abarcando as mais importantes alegações feitas em nome da razão em busca da verdade [...]” (p.155), uma tal contribuição não poderia ser senão pela ne-

gativa, já que a fenomenologia husserliana apontaria os limites da interpretação do fenômeno social e o quanto esta não deve ambicionar mais do que o dado apodítico. Isso estaria certamente relacionado à recusa da fenomenologia em admitir uma consciência envolvida histórica e socialmente aos objetos que pretende conhecer. O que faz com que o conhecer pela fenomenologia recorra a formas universais que não derivam da especificidade do conhecimento social, radicalizando um gesto intelectualista em requisição científica. Assim, uma ciência social com acento husserliano se apoiaria no solo de uma consciência transcendental (Bauman fala em “subjetividade transcendental”, com uma terminologia mais condizente com Kant), almejando significações fenomenologicamente depuradas. Ao fim do capítulo sobre Husserl, duas coisas ficam patentes: Bauman privilegia os contextos fenomenológicos próprios da obra *Ideias* (1913) e se ampara em alguns dos mais autorizados comentadores de Husserl disponíveis à época (Landgrebe, Farber, Lauer...).

Na interpretação que Bauman faz do sociólogo estadunidense Talcott Parsons (p.183-206), esse seria o cientista social que se dedicara a aplicar os princípios da fenomenologia husserliana para, bem como o outro, chegar a uma compreensão da ação humana que, presumidamente, não dependeria de contextos de significação historicamente consolidados. Esse Capítulo sexto, portanto, é para indicar que sua apropriação do pensamento husserliano estima abordar o fenômeno social de modo a depurar características transcendentais da ação humana em sociedade, estas que, justamente por terem este teor, poderiam pretender-se apodíticas, apesar de adscritas num sistema cultural intrínseco a qualquer sociedade. Portanto, para Parsons: “[...] a tarefa consiste em elevar a análise dos significados subjetivos ao nível da objetividade e da sistematização alcançáveis no caso de aspectos ‘externos’ da ação” (p.187). Ora, pelo fato de este sistema cultural ser também e primeiramente uma malha de significações, qualquer tentativa de pensar objetivamente a ação social dependeria necessariamente de compreender essas significações, por exemplo, num âmbito culturalmente consolidado. É naturalmente a pretensão de chegar a elementos transcendentais que faz com que Bauman associe Parsons a Husserl até mais imediatamente do que a Heidegger, o que explica o fato de o capítulo sobre o sociólogo americano anteceder o cabido ao filósofo de Friburgo.

Em uma notícia do perfil de Heidegger enquanto pensador, dada por um aluno próximo, temos que tudo que soasse sociológico lhe repugnava (Löwith, 1992), o que talvez explique o fato de Heidegger nunca ter escrito, deliberadamente, algo como uma ontologia do social (o que coube a Lukács). Apesar de Heidegger compreender-se até o fim como um ontologista, o Capítulo VII é sobre ele (p. 207-240) e, nesse, a compreensão é tratada em face das ciências sociais como o que Bauman designou “obra da vida”.

Apesar do louvável esforço de dar voz a Heidegger quanto aos problemas epistemológicos das ciências sociais, salta aos olhos que a interpretação baumaniana de Heidegger é a de um “outsider”, não que se esperasse do sociólogo uma conduta de especialista na filosofia hermenêutica heideggeriana, mas tecnicidades importantes daquele pensamento parecem ser desconhecidas por nosso autor. A primeira delas é que, quando Bauman vai a Heidegger, exceptuando-se a obra *Ser e tempo*, ele não se atém aos títulos nos quais o elemento hermenêutico deste pensamento aparece em seu terreno mais propício, seriam os casos de *Interpretação fenomenológica de Aristóteles* (mais conhecido como *Relatório Natorp*) e *Ontologia: Hermenêutica da facticidade*. Essa falta, no entanto, é perfeitamente relevada já que não é culpa de Bauman que essas não estivessem editadas nos anos em que ele escreveu seu livro. Contudo, mesmo quando vai a *Ser e tempo*, não se concentra nas partes em que a fenomenologia hermenêutica de Heidegger se insinua; isso faz com que a exposição seja acidentada. A segunda delas é a inobservância da terminologia da filosofia de Heidegger, ao usar, por exemplo, “revelação” para referir-se a *Erschlossenheit* (descerramento), “situação” para *Befindlichkeit* (afinação), e “sintonia” para *Stimmung* (tonalidade afetiva), Bauman acaba não acompanhando o uso em vigor das traduções de *Ser e tempo* para o inglês (o que a tradução ao português do livro de Bauman também fez em vista das opções brasileiras para verter Heidegger, com certa coerência ao orientar-se afinal pelo texto de Bauman),

expondo-se assim ao risco de tornar seu texto deslocado do cânon e pouco compreensível ao leitor. (Um comentário a respeito das implicações filosóficas dessas opções de tradução sobre a compreensão da filosofia de Heidegger não caberia em uma resenha informativa da edição como a presente).

Apesar de um caminho sinuoso, nosso intérprete chega a conclusões válidas, por exemplo, ao afirmar que:

*Heidegger não está preocupado com um método que – uma vez concebido – pudesse ser apreendido e empregado por hermeneutas profissionais para resolver seus conflitos de interpretação. Heidegger tem pouco a dizer, quando muito, a todos aqueles que querem saber por que eles devem preferir uma interpretação específica e não outra. Em vez disso, ele examina meticulosamente as bases ontológicas da compreensão que homens e mulheres alcançam pelo simples fato de serem-no-mundo. Essa compreensão é uma necessidade, não uma conquista excepcional; uma necessidade que surge continuamente da sua simples existência, quando essa existência obstinada e ininterruptamente lhes revela a variedade de possibilidades nas quais eles podem ser-no-mundo. (p.208)*

A partir de observações como estas, depreende-se que a tarefa hermenêutica para Heidegger não consiste numa espécie de formação de compreensões. De acordo com Bauman, a compreensão tal como pensada por Heidegger (a saber, como um existencial do ser-ai), não se dá alheia a uma facticidade já sempre histórica. O que faz com que o conhecimento das ciências sociais precise lidar com o histórico e tradições nesse apoiado. Aqui, a interpretação de Bauman acaba por aproximar Heidegger de Gadamer (ao fim do capítulo temos algumas das poucas referências a este último no livro).

No Capítulo oitavo, o polonês se ocupa de outro autor tão ligado à hermenêutica quanto à fenomenologia, é o que se anuncia em: “A compreensão como obra da vida: de Schütz à etnometodologia” (p. 241-172). Neste, Alfred Schütz é tratado como um sociólogo que, em compasso com o ensinamento heideggeriano, compreende que a experiência existencial de mundo é fundamental à compreensão das significações na base do saber dos fenômenos sociais. Curioso, no entanto, é que Bauman se refere a essa experiência de mundo chamando-a de “mundo da vida” (*Lebenswelt*), terminologia mais afeita ao Husserl tardio do que ao Heidegger em sua fase hermenêutica, o que nos leva a supor o quanto Schütz seria tão devedor de um quanto do outro. No mesmo tópico, é explorado o tema da etnometodologia, já que esta também considera o mundo da vida como ambiente das significações e da compreensão como universo no qual a compreensão do fenômeno social deve se dar. Em dado momento de seu trabalho, Bauman considera que os resultados de todos os mencionados esforços da hermenêutica dirigida às ciências humanas e sociais parecem não atingir termo cabal. Destarte, uma saída a essas limitações receberia tematização já no décimo Capítulo da obra, quando a tese de que a hermenêutica seria mediadora de um consenso frente às muitas abordagens dessas ciências é apresentada.

Após um capítulo menor sobre a compreensão como expressão da forma de vida (p. 273- 316), o décimo e último, intitulado “Consenso e verdade” (p.317-346), bem como o nono, não enfoca autor específico, mas tema perspectivado. Detendo-nos neste, logo notamos que, entre todos, é ele o que melhor deixa transparecer o caráter ensaístico dos capítulos do livro. Ali, Bauman permite-nos avaliar que a temática da díade conceitual verdade e consenso em face da hermenêutica, a qual o leitor brasileiro poderia julgar relativamente recente, inovadora e, mesmo, possuidora de abordagem original, talvez o fosse na ocasião da publicação daquele livro, no já distante ano de 1978. Para o polonês, a maioria das abordagens das ciências sociais são pautadas em uma compreensão de acordo; para este, se a verdade fosse critério único e absoluto para a interpretação do fenômeno social não admitiria um saber consensual. Por essa razão, as ciências humanas dependem de uma base intersubjetiva ampla para que as formas de vida possam ser alcançadas em acordos. Ocupando-se dessa discussão e havendo-se com noções como as de “consenso concreto”, “comunicação distorcida” e “falso consenso”, Bauman vislumbra a criação de uma epistemologia hermenêutica a serviço de uma sociologia da comunicação

(em alinhamento com Habermas). O saldo disso se enunciaria nas palavras do próprio autor: “O êxito empírico da sociologia assim compreendida só pode ser avaliado pela intensidade com que a oposição entre consenso e verdade se reduz gradualmente e o problema da compreensão como uma atividade diferente da vida comunitária gradualmente desaparece” (p.346, itálico do autor).

Com projeto gráfico sóbrio e esmerado (como de costume nos títulos da Editora Unesp), *Hermenêutica e ciência social: Abordagens da compreensão* traz, ao fim, não apenas a bibliografia (p.347-354), indicativa do quanto seu autor estava inteirado da literacia sobre a hermenêutica em sua época, quanto um índice remissivo (p.355-357), útil cortesia que facilita a consulta do leitor quanto a autores, conceitos e temas na obra.

## Referências

- BAUMAN, Z. 1987. *Legislators and interpreters: On Modernity, Post-Modernity, Intellectuals*. Ithaca, New York, Cornell University Press.
- BAUMAN, Z. 1997. *Postmodernity and its discontents*. New York, New York University Press, 1997.
- BAUMAN, Z. 2022. *Hermenêutica e ciência social: Abordagens da compreensão*. Trad. Fernando Santos. São Paulo, Editora Unesp.
- LÖWITZ, K. 1992. *Mi vida em Alemania antes y Después de 1933*. Un testimonio. Trad. Ruth Zauner. Madrid, Visor.

Submetido em 18 de março de 2023.

Aceito em 27 de março de 2024.